

LIMITES DA TOLERÂNCIA

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos
da Academia das Ciências de Lisboa
Presidente do Conselho Geral
da Universidade Técnica de Lisboa

Sempre que hoje lemos um livro sobre a situação mundial, é inevitável que nos encontremos com um debate sobre o *globalismo*, com uma enumeração dos *riscos ambientais* que ameaçam a *casa comum que é a Terra*, e, logo de seguida, como uma divisão, mais ou menos apegada aos factos, mais ou menos racional, que divide essa casa comum por áreas, confrontando-se por interesses, ameaças, e também crenças. No primeiro plano, informam-nos que a população mundial cresce à volta de 210.000 pessoas por dia, o que equivale a 76 milhões por ano, que cada segundo é devastada uma área de floresta igual a um campo americano de football, que no século vinte morreram mais civis em resultado das guerras do que nos quatro anteriores séculos, um dramático número de espécies desaparece ao redor da Terra, mais de um bilião de pessoas vive com menos de um dólar americano por dia, quarenta milhões de pessoas estão infectadas pelo HIV sendo que aproximadamente 11 pessoas são afectadas cada minuto, e que

aproximadamente 30.000 crianças morrem cada dia com doenças que poderiam ser prevenidas.

Felizes, por um número de anos limitadíssimo do século passado, os ocidentais, que Mao englobou na expressão de habitantes da Cidade Planetária do Norte, tomaram-se por uma sociedade rica, afluyente, consumista, explorando todos os recursos da terra, cobertos por uma deontologia que substitui o valor das coisas pelo preço das coisas.

Ao mesmo tempo que destruíram a supremacia euromundista com duas guerras que chamaram mundiais, e foram apenas guerras suscitadas pelos demónios ocidentais, reduziram essa cidade planetária do Norte, dividida entre os Pactos Militares da NATO e de Varsóvia, a um espaço dependente. Porque o movimento descolonizador, mais suscitado pelas debilidades causadas pelos conflitos internos, do que por ameaças exteriores, lhe fazia perder a supremacia sobre as fontes de matérias-primas, de energias renováveis, e dos mercados.

A própria Europa, onde residiu a sede do governo do mundo, é hoje um espaço dependente nesses aspectos, a tentar renovar o seu projecto estratégico propondo-se, seguindo a adoptada doutrina de Delors, construir, sobre as ruínas

da guerra, uma sociedade da informação e do saber. Não acrescentou a *sabedoria*, e por isso deixou implantar e nascer um relativismo destruidor dos valores e da identidade, designadamente levando a um confronto interno de culturas causado pelas migrações descontroladas, sem políticas de integração, de assimilação, e até de protecção jurídica dos direitos humanos. A velha ambição, que nos 18 Pontos de Wilson tomou a forma programática de fazer coincidir as Nações com o Estado, viu-se seriamente atingida pela formação de grupos com a natureza de *multidão*, desconhecedora dos valores e regras dos povos de acolhimento, e não tendo em comum, no que a eles próprios toca, mais do que a noção da diferença e da falta de identidade, com consequências gravíssimas na ordem civil a que os europeus se tinham habituado a obedecer.

Isto fez ressuscitar imagens medievais, em que os cristãos se defendiam em castelos e os grupos não integrados viviam em bairros controlados, tudo agora reproduzido nos condomínios fechados, e nos bairros onde as autoridades não entram facilmente.

É inquietante que tudo isto se passe em países que tiveram o poder de governar os que agora os perturbam, e atacam, e a que chamaram displicentemente o *resto*

do mundo, mas sem que a corrente do conhecimento recíproco se tenha fortificado.

A novidade do século passado, em consequência da descolonização, voluntária ou forçada, foi que todas as *áreas culturais* do mundo falaram à comunidade internacional, pela primeira vez na história, em liberdade, e o *conflito das civilizações* pareceu ganhar mais evidência, do que durante o período colonial, em que as discriminações étnicas e culturais foram excessivamente características de alguns países.

Foi uma raridade que um homem como Mandela, depois de ter passado os anos da vida mais produtivos nas cadeias da África do Sul, tenha sido posto em liberdade para proclamar e praticar que essa África era a terra de todos, brancos e pretos, sem distinção de etnia ou cultura. Uma conduta que inspira santidade, uma adjectivação que rejeita, afirmando que “um pecador é um homem que luta até ao fim...”. O certo é que, não podendo com isto deixar de lembrar o *terrorismo global* que derrubou as *Torres Gémeas*, o *conflito das civilizações* chegou a ser doutrina oficial dos EUA, com a contradição do *fim da história* de Fukuiama, uma percepção que não é também premissa para a percepção das diferenças.

A ONU, com a sua organização a favor da paz entre as culturas e entre as Religiões, assim como a UNESCO com a sua defesa dos valores e do património imaterial da Humanidade, convergem no sentido de evitar as catástrofes anunciadas, tentando orientar o abuso da técnica, o abuso da exploração dos recursos naturais, o esquecimento das humanidades, e a tolerância entre os povos, as etnias, e as crenças.

Porque é justamente esse *valor da tolerância* que fica em causa, quer no que diz respeito aos contactos das diferenças de etnias, valores, e crenças, quer no que respeita aos abusos da técnica sem olhar aos riscos que se tornam universais. E lembrando por isso os esforços em curso, numa linha geral das Academias, no sentido de voltar a estabelecer-se a corrente de entendimento recíproco entre *ciências exactas* e *humanidades*, apelando ainda ao reconhecimento de que o saber, e o saber fazer, precisam de acrescentar o reconhecimento das identidades culturais a que esse saber e essa técnica se aplicam, dando relevo à antropologia cultural, ao conhecimento dos hábitos e dos valores, às percepções diferentes dos passados que informam as escolhas dos futuros a construir. A medicina, em todos os seus ramos, nesta data em que as ciências da vida desafiam tão profundamente os sistemas de crenças, é seguramente uma das áreas onde a

tolerância precisa de ser substituída pelo respeito, se queremos evitar aquilo que Jared Diamond chamou *Colapso*, inscrevendo o destino da nossa actual maneira de estar no mundo num capítulo geral que chama – *ascensão e queda das sociedades humanas*.

A meditação sobre o tema da tolerância é universalmente presidida pela recordação do texto de Locke intitulado *A Lether Concerning Toleration*, aparecido em 1668, como defensor da chamada “glourious revolution”, tendo em vista a salvaguarda, e mesmo veneração, das ideias de liberdade e de justiça, incluindo a economia de mercado, o contratualismo e até as relações de Trabalho. É quando Guilherme III de Orange e Maria aceitam a substituição da hereditariedade pela soberania da Nação.

De facto, o seu pensamento tinha mais por objecto o regime político, do que o tecido cultural da sociedade civil, preocupado com o governo limitado pela lei, esta derivada dos direitos naturais, hoje codificados na *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*.

Por isso os seus *Treaties of Civil Government*, de 1690, orientaram os legisladores de Filadélfia quando proclamaram a libertação colonial do que

seriam os EUA, e o *liberalismo*, em cuja genealogia se inscrevem também os nomes de Spinoza, Montesquieu, Kant, Bentham, Madison, tudo figuras que fizeram adiantar a ciência no exame da natureza, de modo que a razão seria o princípio-guia do progresso humano, tendo Voltaire na França, e Kant na Alemanha, entre as figuras de referência. Este último escreveria que “o iluminismo é a libertação do homem pela sua própria responsabilidade de memória... a origem desta residindo não na falha de compreensão, mas na ausência de determinação e coragem para a usar sem apoio alheio”.

O liberalismo seria assim um sinónimo, com variantes culturais, de liberdade de pensamento, com o valor dessa liberdade no vértice da escala de valores, e, finalmente, com respeito e prática da tolerância nas áreas da moralidade e da religião, revogando deste modo as limitações dos regimes legitimistas.

Se criar um enquadramento legal, com dignidade constitucional, foi uma inquieta ocupação dos juristas, tendo em vista o que foi chamado *a constituição da liberdade*, os factos foram pouco respeitosos dos princípios.

Em primeiro lugar porque nem os princípios de Filadélfia evitaram a guerra civil que fez evolucionar a *União* para a actual *Federação*, mantendo o nome antigo

do modelo político adaptado, nem o iluminismo francês evitou as crueldades da Revolução Francesa, que eliminou as diferenças pela violência.

De facto, esteve em causa, e crescendo, uma realidade social nova, a *sociedade civil*, a qual, na doutrinação de Locke, protege as relações contratuais entre os seus membros. Era este o elemento essencial da doutrina do contrato social, sobretudo na versão do *estado de natureza*, cujos elementos individuais se reuniam por contrato. A influência de Hegel faria distinguir a *sociedade civil* do *Estado*, considerado este como uma criação destinada à protecção da primeira, articulando as suas associações espontâneas.

A legitimidade da governança derivará assim do contrato, tendo sido Ribeiro Ferreira (1830) quem definiu o *poder de sufrágio* como instrumento de articulação entre ambas as realidades.

Todavia, quando em Filadélfia (4 de Julho de 1776), pela pena de Jefferson, afirmaram que *todos os homens nascem iguais, e com igual direito à felicidade*, também foi acrescentada uma teoria de *nãos*: *mas os índios não, mas os escravos não, mas as mulheres não, mas os trabalhadores não*.

A intolerância da igualdade superou a afirmação dos princípios, e foi necessário um combate de séculos para que, naquele grande país, que a si próprio se definiu como a *nação indispensável*, um presidente mestiço, Obama, pudesse afirmar (2009) *somos todos americanos*, mas sem vencer todas as dificuldades. A dignidade humana levou tempo e combate para eliminar a intolerância em relação aos grupos excluídos.

Por seu lado, a Grande Revolução inglesa (1689) tinha proclamado o chamado *Toleration Act* (1689) que garantia aos dissidentes a liberdade de *culto público*, mas *não aos católicos*. Na sua *A Letter concerning toleration*, explicando os seus “pensamentos a respeito da mútua tolerância entre Cristãos nas suas diferentes profissões religiosas”, e depois de procurar definir a autenticidade do cristão, explica-se Locke sobre as fronteiras da tolerância, afirmando: “sei que (qualquer igreja) é uma livre e voluntária sociedade. Ninguém nasce membro de uma igreja... Nenhum membro de uma sociedade religiosa pode ser obrigado por quaisquer outras obrigações excepto as que derivam de uma certa expectativa de vida eterna. A igreja, portanto, é uma sociedade de membros voluntariamente ouvidos para tal fim”.

Isto não impediu que o já referido *Toleration Act* (1689) impedisse o culto público dos católicos. A tolerância de hoje foi ganha a duras penas.

Por seu lado, a doutrina católica não conseguiu impedir a narrativa das violências que foram cometidas contra os judeus, designadamente as expulsões decretadas pelos Reinos peninsulares, Portugal e Castela, nem os desmandos das cruzadas externas e internas da Europa, nem as guerras religiosas que dividiram a Europa, e amarguraram sobretudo a vida dos franceses durante a segunda metade do século XVI, com as insistentes famosas intervenções católicas de Francisco de Guise e do seu filho Henril (le Balafri) ou de Coligny e de Henrique Bourbon (Navarra) pelos protestantes.

A religião serviu realmente de argumento a favor das ambições políticas, um facto que deve ser lembrado para julgar o terrorismo global do nosso tempo, o qual igualmente introduz valores religiosos no conceito estratégico político que o guiou no ataque às Torres Gémeas.

Estes pontos, que são lembrados a título exemplificativo, destinam-se a tornar discutível se a tolerância é uma virtude, se em primeiro lugar uma regra de prudência em relação a valores, práticas e interesses, com os quais não deve

haver conflito, mas sim coexistência sem violência. Em dicionários, como o divulgadíssimo de Roger Scruton, diz-se que “apenas há tolerância quando existem coisas que não se aprovam; se os homens fossem perfeitos, a tolerância não seria nem necessária nem possível sem paciência que Locke, tão partidário da tolerância religiosa, usando argumentos sustentáveis, todavia não considerava que a paciência o inspirasse no sentido de poder abranger os católicos romanos, pela impossibilidade de terem, segundo afirmava, duas fidelidades que diminuía a lealdade à soberania britânica.

Essa intolerância religiosa, que mesmo entre os cristãos divididos foi causa de violência que ainda dificulta a reunião das diferenças, foi objecto no século passado de um esforço iluminado de João Paulo II quando convocou para Assis os fiéis de todas as religiões monoteístas no sentido de meditarem sobre os *valores comuns*, que serviriam de alicerce a uma acção congregada ao serviço da paz. Paz que Paulo VI traduziu na Assembleia Geral da ONU afirmando que o desenvolvimento era o novo nome da paz, mas sem dispensar o projecto do encontro. Até hoje, o terrorismo global tem mantido a referência a valores religiosos no seu conceito estratégico político contra o Ocidente, e muito claramente contra os cristãos de todas as confissões.

Aquilo que chamo a Nova Mensagem de Assis, de João Paulo II, julgo que introduz um desafio que é substituir a importância da tolerância pelo conceito de *respeito* pelas diferenças inspiradas em valores comuns, que na ordem política e civil é por vezes traduzida na busca de um *paradigma comum da humanidade*, que sirva de premissa a uma ordem plural de unidade cimentada por valores.

A última guerra mundial, de 1939-1945, que foi mais uma guerra civil dos ocidentais, levou a duas formulações ideológicas – uma democrática, a Ocidental e outra soviética, a Oriente – em que a paciência da tolerância desapareceu, e o respeito só começou a despontar depois da queda do Muro de Berlim em 1989, permitindo as aproximações em curso, nas quais se destacam os EUA e a Rússia, em busca do *paradigma comum*. Mas se a tolerância foi sempre pregada, e ainda que nem sempre praticada pelos ocidentais, o *respeito* não existiu durante meio século de Ordem dos Pactos Militares. A intolerância ideológica foi ainda mais grave que a religiosa, embora cobrindo objetivos apenas terrenos.

Na área colonial, da estrutura revista depois da citada segunda guerra mundial, foi sobretudo significativo o regime do *apartheid*, que vigorou na África do Sul, baseado na diferença de raça, um regime brutal de sujeição dos nativos pelos

brancos donos do poder, situação historicamente ligada à escravatura, ao transporte de escravos, ao trabalho forçado, à humilhação das tradições e valores locais. A *tolerância* era uma porta estreita mais baseada nos interesses económicos do que no reconhecimento de uma dignidade igual dos homens, tudo contra o paradigma que constava da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É justo lembrar, não esquecendo que os negros do continente americano estenderam a mão aos nativos de África, para além do conflito de interesses dos Blocos Militares, a intervenção de Mandela, depois de tantos anos de prisão. No seu último livro, onde publica as notas que tomou da sua meditação durante tão longa privação, recusa que lhe atribuam *santidade* porque, afirma, “o santo é um pecador que luta até ao fim”.

Comparando a actuação deste homem, com a intervenção nazi contra judeus durante a guerra, a chamada solução final, tem de aceitar-se que muitos vejam santidade num homem que chamou as etnias da África do Sul à reconciliação, que chamou os culpados à confissão, que chamou os ofendidos ao perdão, e consegue ser ouvido e seguido: o que pretende é *respeito pelas diferenças*, a

partir de valores comuns, e não apenas tolerância. Uma atitude que ainda não se espalhou, sobretudo pela sua África, onde os genocídios continuaram.

Depois deste esforço, que não faz esquecer outros, é importante o prestígio que alcançou a tese de *luta das civilizações* que Huntington lançou, publicando, antes da eleição de Obama, outro livro inquieto com a evolução do confronto entre as etnias que constituem os EUA.

De facto, aconteceu que a fundação da ONU, com o seu paradigma de paz, foi um projecto cujas Carta e Declaração de Direitos, são documentos apenas escritos por ocidentais. Depois, quando a descolonização programada, talvez não tanto pelos princípios mas sim porque as potências coloniais tinham perdido na guerra as suas capacidades de imposição, a Assembleia Geral viu chegar os representantes de áreas culturais que pela primeira vez falaram em liberdade na cena internacional, e com culturas, valores, e tradições, não apenas diferentes dos ocidentais, mas incluindo a memória da submissão colonial.

O problema que em Assis encaminhou para a busca do paradigma comum, encaminha agora para a necessidade e urgência, da busca do paradigma comum

que coloque o *respeito* das diferenças no lugar da referida *paciência* que inspirou a tolerância.

O encontro das civilizações determinado pelas migrações descontroladas, sobretudo vindas da geografia da fome e das lutas fratricidas, em direcção à *Cidade Planetária do Norte*, suposta afluente, consumista, e rica, mas de facto em brutal crise financeira e económica, leva a que a *sociedade civil*, cuja identificação se deve em parte a Hegel, seja confrontada pelo que tem de chamar-se *multidão*, com o efeito de a criminalidade grave, hoje internacional, a droga, a violência contra idosos, mulheres e crianças, esteja a permitir clamar por uma chamada *tolerância 0*. A busca e aceitação do *paradigma* em que se baseie o *respeito* é desafiada pelo esgotamento da paciência em que se baseia apenas a tolerância. Tempo de lembrar, para não diminuir os esforços, as palavras de Mandela: “o santo é um pecador que luta até ao fim”. Aqui basta tentar, e não é fácil, colocar o respeito no lugar da paciência.

Academia de Medicina

18/03/2011